

-----ACTA N.º 5/2013 -----

**SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FERREI
RA DO ZÊZERE AOS ONZE DIAS DO
MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E
TREZE -----**

Aos onze dias do mês de Outubro do ano de dois mil e treze, na Vila de Ferreira do Zêzere, Edifício dos Paços do Concelho, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a presidência de Luís Ribeiro Pereira, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Eurico de Alcobia e Joaquim de Jesus Ribeiro, com a seguinte **ordem de trabalhos:**-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1.- Período de tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

2.- Apreciação e votação da ata da sessão realizada em 14 de junho de 2013. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1.-Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

2.- Apreciação e votação da participação variável no IRS, nos termos da alínea g) do n.º 2 do art.º 53 da lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugada com o artigo 20º

da lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (LFL). -----

3.- Apreciação e votação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), nos termos da alínea f) do n.º 2 do art.º 53 da lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

4.- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à taxa da Derrama, nos termos da alínea f) do n.º 2 do art.º 53 da lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

5.- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração ao contrato de cessão do direito de uso da “Casa do Adro”, nos termos da alínea q) do n.º 2 do art.º 53 da lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

6.- Assunção de compromissos plurianuais (para conhecimento), efetuados ao abrigo da deliberação da Assembleia Municipal de 21/12/2012, em cumprimento do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

7.- Outros assuntos de interesse para a Autarquia, nos termos nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

Presenças: Distribuída a folha de Presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de vinte dos seus membros, tendo-se registado a ausência dos Membros Sr. José Marques Nunes, Fernando da Conceição Cotrim, Flávia Cecília Pereira e Carlos Alberto Mendes Martins. -----

A Câmara Municipal fez-se representar pelo Presidente Dr. Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores, e pelos Vereadores Eng.º Paulo Jorge Alcobia das Neves, Dr.ª Maria Emília da Silva Figueiredo Benedito, Dr. Filipe Vicente Martins e Sr. Sérgio Manuel Roberto Morgado. -----

Abertura da Sessão: Eram vinte e uma horas e cinco minutos quando, verificada a existência de “quórum”, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal, comunicação social e público em geral. -----

O Sr. Rodrigo Sousa Pinto interveio confessando por dizer que a sua família tinha ficado sem a casa por omissão e, que tinha deixado de vir a Ferreira e as vezes que vinha tinha sempre que ver com um ou outro motivo com a Casa do Adro. A qual desde sempre, todos se habituaram a considerar como sua casa. Mas que era ele que a conhecia, que eram os seus primos que a conheciam, os seus pais, os seus avós, que todos lá tinham estado. Mesmo os primos Mota Cardoso e os Queiroz e Melo e, também, muito Ferreirenses. Referiu que, o seu avô, a partir de dada altura da sua vida teria sido muito dedicado a Ferreira do Zêzere, e que ninguém se lembrava nem falava, nomeadamente, a criação do Centro Cultural e Recreativo de Ferreira do Zêzere. Mas que, os da família, por várias razões que para aquele local não interessavam, não souberam preservar a casa por omissão. E, por isso a casa tinha acabado por cair no domínio público e pertencer à Camara Municipal de Ferreira do Zêzere. Coisa que devia dizer os deixava descansados porque entendiam que, de facto, o património cultural e histórico daquela casa, entregue à autarquia, poderia muitíssimo melhor servir os interesses culturais e históricos de Ferreira do Zêzere do que a qualquer outro interesse privado, o qual poderia esconder a casa dos olhares dos Ferreirenses. Devia dizer que o seu receio era que a Câmara pecasse por ação. Referenciou que os seus filhos já não tinham conhecido a casa e que ele tinha sido o último a casar naquela casa, na capela que já não existia pois a sua prima tinha vendido o recheio da casa e capela em tempos. De qualquer modo, sempre educou

os seu filhos de forma a que um dia poderiam lá voltar e ver aquela casa, aquela varanda, a qual o Paulo Neves tinha descrito, agradecendo as suas palavras, o retrato fidedigno e rigoroso que este tinha elaborado. Destacou um pormenor anedótico de que mostrou à sua esposa que numa das ombreiras das portas, as suas medidas de crescimento, citando: “76 Rodrigo, 77 Rodrigo, 78 Rodrigo”. Só para evidenciar a particularidade e intimidade que a família tinha com a casa. Mencionou que, ultimamente, tinha chegado ao seu conhecimento que havia um projeto de uma unidade hoteleira e que o próprio plano de urbanização de Ferreira do Zêzere aprovado, evidenciava a eventual criação de um espaço turístico para a Casa do Adro, a qual era referida por várias vezes entre outras casas emblemáticas de Ferreira do Zêzere. Confessou que não sabia explicar aos filhos como é que a casa sairia de um domínio público, que lhes dizia, que lhes permitia visitá-la mais tarde, com toda a sua qualidade, com toda a sua integridade histórica para aquilo que, lhe parecia ser o projeto da unidade hoteleira. Em que toda a identidade cultural, toda a identidade histórica daquela casa seria colocada de lado e sobriariam, apenas alguns pormenores arquitetónicos, quase atónicos no novo projeto e isso tinha-o entristecido. Afirmou que os Ferreirenses deixariam de conhecer uma das casas mais históricas de Ferreira do Zêzere e, que tinha a perfeita noção de que a Casa do Adro era um dos emblemas de Ferreira do Zêzere, sendo-o desde 1776. Disse que não se queria parecer, com sua intervenção, o “*velho do Restelo*” até porque estava convencido que a casa não poderia continuar no estado em que estava pois mais tarde ou mais cedo, a casa morreria definitivamente por morrer e acabaria por cair. E, por isso, achava que teria sido boa ideia a Câmara ter ficado com a casa pois era a maneira que tinha de a casa continuar por mais de 200 anos mas, que duvidava que fosse através daquele projeto. Apelou à Câmara, se esta ainda tivesse tempo, para que reconsiderasse o

que estava a fazer, que reconsiderasse o património histórico que tinha em mãos. Referiu que Ferreira do Zêzere não era particularmente beneficiada em termos de património histórico e cultural, “*não tinha património histórico e cultural para dar e vender*”, como se costumava dizer. Tanta coisa que, em Ferreira do Zêzere, se tinha esquecido porque não se tinha escrito, porque não se tinha perpetuado na memória e dava-lhe a ideia que o que se queria com aquele projeto na Casa do Adro, era destruir a memória coletiva dos Ferreirenses. Admitiu que não conhecia o projeto na íntegra, que conhecia o esboço, aquele que tinha circulado. Um primo seu, que julgava que todos saberiam, tinha feito uma petição, que já contava com cerca de 1500 assinaturas, para que impedisse o projeto e salvaguardasse o património, nomeadamente, os azulejos. Julgava que a Câmara e a Assembleia Municipais tivessem conhecimento da mesma. Mencionou que haveria uma série de documentos que não tinha conhecimento e, por isso, só podia questionar a Câmara, se esta tinha tido o cuidado de cumprir a totalidade daquilo que a lei previa para projetos como aquele, nomeadamente, se tinha havido concurso público e se o PDM tinha sido totalmente respeitado. Referiu que, segundo o PDM, que o “*património não classificado é constituído pelos imóveis e conjuntos edificados, abrangendo edifícios religiosos, quintas, solares e moinhos e outros edifícios de interesse patrimonial a integrar na carta de património*”. Dizendo que aquilo era o que estava no PDM de Ferreira do Zêzere, aprovado em Concelho de Ministros. E, portanto, perguntava se tinha sido devidamente acautelado o cumprimento do que estava neste, se tinha sido devidamente acautelado o que estava no plano de urbanização. E, naturalmente, o que estava na lei, se tinha havido concurso público ou não, para o que se pretendia fazer na Casa do Adro. Frisou, novamente, se as prescrições legais estariam a ser cumpridas, nomeadamente, o concurso público, porque aquela obra seria, com

certeza, superior a 70 mil euros e, nestes casos, a lei prevê a obrigatoriedade do concurso público. E, então, a questão que colocava era se estavam a cumprir o que estava previsto na lei ou não. Suponha que todos cantariam a “*Portuguesa*” e, que todos saberiam que esta teria sido tocada a primeira vez pela Filarmónica Frazoeirense na casa da Frazoeira que, também, era da sua família. Mencionou que El Rei D. Carlos teria frequentado a estalagem, bem como Alfredo Keil, o qual propôs ao seu avô, dono da Casa do Adro, para colocarem a Filarmónica da Frazoeira a tocar pela primeira vez a “*Portuguesa*”. Mas se os próprios Ferreirenses decidissem terminar com a sua história, terminar com os seus testemunhos históricos, então, não se admirava que o resto do País não soubesse aquelas particularidades históricas. Amanhã, nem os Ferreirenses saberiam daquelas particularidades. Afirmou que suponha que a sua atitude não era a de ser o Velho do Restelo mas sim a de saber preservar. O que propunha à Câmara, se ainda se fosse a tempo, ou seja, para além do cumprimento das normas legais, da verificação patrimonial, do visto do Tribunal de Contas para as obras públicas, era o bom senso e o bom gosto. O bom senso de se pensar historicamente no valor que se tinha. “*Não se podia chorar depois sobre o leite derramado*”. Depois das coisas estarem destruídas, não haveria maneira de as refazer. O que pedia à Câmara, se ainda tivesse tempo, era que olhasse para o projeto com olhos de ver. Agradava-lhe a solução de ser um hotel de charme, mas preservando a casa. Poderiam dizer-lhe que, talvez, a atual estrutura interna da casa não comportava a divisão que a unidade hoteleira moderna precisaria de fazer. Mas, hoje em dia, existiam soluções arquitetónicas excelentes. Referiu que se tinha uma arquitetura em Portugal que, felizmente se tinha desenvolvido, no sentido de ser capaz de preservar o que de melhor havia na história. E, infelizmente, o que tinha visto do projeto, tal como

estava na internet, não lhe parecia ser filho dessa escola de arquitetura. Naquele projeto tudo se destruía, apenas uma fachada se manteria, como uma mera quase anedota do que a casa era. O que pedia àquela Assembleia era uma reunião com os últimos familiares daquela casa, como um Ferreirense, como se quisessem uma memória viva do que aquela casa tinha sido, e aquele direito lhe era concedido por ser familiar daquela casa, como o último que lá tinha casado. Aquilo que pedia era que tomassem conta daquela casa em nome dos Ferreirenses para os Ferreirenses e não para meia dúzia, não para que alguém em particular pudesse beneficiar de um projeto que, não sabia se tinham conhecimento de todos os detalhes do mesmo. Pedia à Câmara Municipal, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, a capacidade de olhar para aquilo e salvar um hotel de charme que preservasse, nomeadamente, os espaços atuais da casa que podiam, perfeitamente, ser os espaços comuns do futuro hotel. Referiu que um hotel de charme naquela casa, seria capaz de atrair muito mais turistas a Ferreira do que um mamarracho que queriam lá construir. Tinha pena de o dizer daquela forma mas que estava convencido que os Ferreirenses seriam capazes de olhar para o seu património e não o deixar destruir, como o fizeram com a estalagem, aquela que o Rei D. Carlos e Alfredo Keil tinham frequentando e todos os demais que tanto tinham enriquecido Ferreira do Zêzere e, que todos já se tinham esquecido porque não se sabia preservar. -----

O Sr. Paulo Neves interveio dizendo que pensava que o que Câmara estava a fazer era encontrar ou tentar encontrar uma solução que viabilizasse a manutenção do edifício e, simultaneamente, permitir uma utilização com um fim para a economia dos Ferreirenses. Contudo, naquela missão, que a Câmara estava a cumprir, que era o seu dever e da autarquia, preservar e tentar trazer para Ferreira do Zêzere

investimentos, turismo e desenvolvimento da economia. Era importante ressaltar que aquele edifício merecia uma atenção muito especial, quer à volumetria, quer à linguagem. Referiu que toda e qualquer obra que fosse feita, se deveria ter em atenção e, que de acordo com o que já sabia, estaria previsto uma reformulação sensata dos espaços porque aquilo que podia ser feito ali seria algo semelhante ao que se conhece, habitualmente, por hotéis de charme. Mas os hotéis, à semelhança das Pousadas de Portugal, são edifícios que conservavam o que de melhor existia nos edifícios originais, aquando se tratou de uma reconversão ou de uma reutilização para efeitos hoteleiros. Daí que tinha tomado iniciativa de fazer chegar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, uma pequena descrição, que com a autorização da mesa, passaria a ler, aquilo que eram os elementos mais importantes, aquando do estudo da história e do património de Ferreira do Zêzere, que deveriam ficar salvaguardados e, que para sua alegria, alguns dos quais já se encontravam precisamente previstos no projeto. *“A fachada principal do edifício é sóbria, sem grande ostentação, destacando-se os efeitos decorativos do portal coevos da construção bem como uma pedra de armas ulterior. De acordo com a informação facultada pelos Srs. Presidente da Câmara, Dr. Jacinto Lopes, Vice-Presidente, Eng.º Paulo Jorge Neves e Sérgio Feliz, em representação do empreiteiro responsável pela obra, esta fachada será integralmente preservada. A preservação deverá obrigatoriamente contemplar a manutenção exterior e interior da mesma bem como de todos os elementos que as integram, nomeadamente, os assentos em pedra popularmente conhecidos por conversadeiras ou namoradeiras bem como os painéis de azulejo cuja proteção deverá ser devidamente assegurada seja por proteção seja alternativamente por remoção segura levada a cabo por técnicos especializados para posterior recolocação”*. Disse que aquela fachada era

de facto um elemento preponderante, que devia ser preservado e que acreditassem que atrairia mais turistas a Ferreira do Zêzere pela sua beleza do que um hotel feito de raiz. Aquele manteria a diferença e seria distintivo por aquilo mesmo. *“A fachada norte trata-se, sem dúvida, da fachada menos emblemática do edifício, sendo que os interiores desta ala da casa, quer no piso térreo, quer ao nível no primeiro piso, sofreram alterações que os desvirtuaram pelo que não registámos, para além das conversadeiras e dos azulejos, cuja remoção e recolocação em ambos os casos devem ser acauteladas, nenhum elemento de assinalável interesse. A nova fachada deverá ser coerente com a existente. A fachada nascente contém elementos distintivos em pedra alpendorada, elemento tradicional nos edifícios setecentistas, nobres ou de famílias abastadas, da região. Esta escadaria encontra-se na metade sul do edifício e a sua preservação está prevista, de origem, segundo a informação oral que me foi facultada. Esta preservação deverá respeitar os moldes e condições referidos na descrição da fachada principal. A fachada Sul é a mais distintiva do edifício e onde se encontra a nossa maior preocupação. A varanda e as arcadas do piso térreo são únicos pela beleza, riqueza de materiais e descontinuidade que conferem o edifício. Toda a fachada deverá ser preservada incluindo o espaço descoberto da mesma e respetivo painel de azulejos. De igual modo devem ser respeitados e/ou substituídos quando danificados, os materiais e cores originais. O facto deste edifício, construído na segunda metade do século XVIII por dois irmãos inquisidores, num meio rural, apresentar elementos arquitetónicos comparáveis, por exemplo, ao Palácio do Monteiro Mor, atual Museu do Traje, em Lisboa, denota a singularidade do mesmo e a necessidade de o preservar senão na totalidade pelo menos garantindo a salvaguarda integral dos elementos aqui danificados. Relativamente aos espaços exteriores há muito que os jardins que*

embelezavam e conferiam certa privacidade ao logradouro desta casa a um ajardinamento o qual, apesar de intervencionado, preservou algum arvoredo original. Ainda que na maquete divulgada publicamente se perspetive uma piscina para este logradouro obtivemos, por parte do Sr. Presidente de Câmara, a garantia de que a piscina do hotel ficará a sul do edifício. Todos os demais espaços interiores da Casa do Adro foram intervencionados/destruídos ou descaracterizados no passado pelo que entendemos ser de todo o interesse preservar a caminheira em calçada, a calçada defronte do edifício e o respetivo logradouro com jardim tendo-nos sido assegurada essa intenção por parte do município. Ao nível do piso térreo, além da manutenção das fachadas com os respetivos assentos em pedra e painéis em azulejos, sugerimos que seja preservado: a calçada que antecede a escadaria principal do edifício bem como o acesso e a respetiva escadaria e nicho; todo e qualquer painel de azulejos setecentista que subsista em paredes interiores do edifício; a lareira da cozinha de época, em pedra. Ao contrário do piso 0, o piso 1 ou andar nobre é um repositório de elementos de valor arquitetónico relevantes e deve ser encarado com particular atenção. Para efeitos de melhor compreensão dos espaços iremos dividir o edifício em ala norte e sul, tendo a escadaria principal, a preservar, como elemento delimitador. Independentemente, da divisão ora proposta, é ponto comum que todos os painéis de azulejo existentes em paredes que venham a ser removidos devem ser retirados, restaurados e recolocados em local a definir de acordo com o projeto. No que diz respeito à ala norte consideramos como elementos interiores a preservar, além dos supracitados elementos existentes no interior de todas as fachadas, somente os painéis de azulejo, os quais registamos com agrado, são ainda hoje abundantes em quantidade e qualidade.”. Alertou para o que se tinha dito, ultimamente, no Facebook, de que já se tinham tirado os azulejos todos da casa,

que já se tinha destruído o jardim da casa, era tudo falso. Não correspondia à verdade pois, com a autorização da Câmara Municipal, tinha tido a oportunidade de visitar o espaço e perceber que, efetivamente, todo aquele património ainda existia e era bom que continuasse a existir nos tempos futuros. *“Já na ala sul subsistem elementos diversificados que adiante iremos enumerar os quais requerem especial atenção. Assim, entendem-se como elementos a preservar além dos anteriormente enumerados: a sala da entrada da casa com os painéis de azulejo, as portas e aduelas de origem, poderá aqui existir a necessidade de restauro ou substituição de madeiras. O forro em madeira, mesmo existindo placa, poder-se-á colocar de forma meramente decorativa, respeitando os modelos e cores originais; a sala de acesso ao pátio exterior, com todos os seus elementos, fogão, lavatório em cantaria e painéis de azulejo; Recomenda-se para o projeto de interiores a utilização de portas e aduelas com características iguais ou o mais semelhante possível às existentes no edifício; Por fim elencamos um dos elementos mais marcantes do edifício e cuja preservação tanto a nível da fachada como no seu interior, forro, piso e materiais, deve ser contemplada de forma integral, a varanda”*. Referiu que aprendessem como ele tinha aprendido com o falecido Sr. Francisco Sousa Pinto, que aquela era a única divisão da casa, onde a policromia dos azulejos tinha a cor verde, que era extremamente rara, nos painéis de azulejo daquele período e aperceberem-se que o que seria simpático depois de recuperado e limpo aquele espaço para um turista que visitasse, poder passar uma tarde e ver ali as pessoas a entrar por aquela varanda belíssima do século XVIII, por onde tinham passado tantas gerações e uma das mais importantes famílias de Ferreira do Zêzere. Disse que tinha a convicção de que o Sr. Presidente da Câmara estava sensível àquelas questões. Sabia que, naquele momento, ainda podia ser melhorado e, que o que queria era que todos os deputados

que, ao votarem uma proposta que iria ser colocada a votação, fizessem com que aquele documento que iria entregar ao Sr. Presidente da mesa, constasse na ata e fosse também aprovado, para que depois não se viesse dizer que não aparecia na mesma, que até se tinha falado naquilo mas que não tinha sido votado. E, portanto, os elementos até tinham desaparecido porque houve um acidente ou porque houve uma das muitas situações que, infelizmente, no próprio Concelho de Ferreira do Zêzere, já se verificaram. Referiu que tinha tentado ser parte da solução e contribuir com o que sabia e conhecia e, esperava, sinceramente, que houvesse por parte de todos uma sensibilidade para que o seu filho, os seus netos e os netos de todos conhecessem um pouco do que era o património de Ferreira do Zêzere, o qual tem vindo a ser lapidado de uma forma brutal nos últimos anos. -----

O Presidente da Câmara Municipal em resposta ao público que interveio disse que, tudo o que lá estava, estava documentado para depois não dizerem que se partiu tudo na obra. Há muito azulejo partido e muito azulejo substituído por e simplesmente por cimento. Mas na retirada desse azulejo ao partirem se alguns, se calhar não seria tudo mau. Pois poder-se-ia aproveitar o resto do painel para retocar nas zonas da casa onde estão azulejos partidos e/ou em falta e, desde que, sejam iguais ou similares. Poder-se-ia, efetivamente, vir a perder um ou outro painel de azulejo mas poder-se-ia dar qualidade e mais dignidade aos restantes. Pensava que seria um trabalho bem feito. Referiu que, o que o preocupava mais era arrancar os azulejos porque lhe parece que estes estão muito agarrados às paredes e deverá ser difícil tirar todos sem partir nenhum. Mas que já tinha dado instruções para que tudo fosse revisto e era a garantia que poderia deixar. Transmitiu que a obra estava parada e não iria avançar mais sem ter a certeza de que estaria tudo certo e de que tudo aquilo que lhe fizeram chegar, que é a memória, que é a nossa história também, iria

ficar salvaguardada no futuro edifício. Mencionou que era um processo que estava em andamento e que era um investimento superior a três milhões de euros, que tinha um fundo comunitário aprovado de dois milhões e seiscentos mil euros por ser uma reconstrução de uma casa histórica num hotel. Faria tudo o que fosse possível salvaguardar no intuito do que lhe fizeram chegar até àquela data, daquilo que é a memória da casa, os azulejos, os arcos do lado Sul. Referiu que se quiséssemos um hotel de charme com qualidade, como todos conheciam, não se poderia ter uma casa normal, teria de se ter uma casa com história, uma casa que traga pessoas para Ferreira do Zêzere. Expôs que não sabia se iria haver ou não pequenas coisas danificadas mas tudo seria feito e, o acompanhamento que a Câmara iria fazer, teria como objetivo preservar o mais possível. Que era só isso que poderia prometer, mais do que isso não. -----

O Presidente da Assembleia Municipal disse que, ninguém tinha dúvidas que a Câmara estava de boa-fé e, que talvez fosse a única hipótese que o Concelho teria de ver aquele edifício não se degradar mais, que era esta a solução. Referiu que a bancada do Partido Social Democrata iria apresentar uma moção a seguir. -----

Estabeleceu-se uma pequena conversa entre o Presidente da Assembleia Municipal e membros da mesma. -----

O Presidente da Assembleia Municipal mencionou, também, que o projeto inicial e o possível reformulado, já previa uma boa parte da casa como a varanda e as partes principais desta mas que o interior com certeza que não. -----

Estabeleceu-se uma pequena conversa entre o Presidente da Assembleia Municipal e o Sr. Rodrigo Sousa Pinto. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto um, passando para a aprovação da ata no ponto seguinte. -----

2. Apreciação e votação da acta da sessão realizada em 14 de Junho de 2013. ----

O Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém queria pronunciar-se sobre o ponto dois. -----

O Dr. Eduardo Mendes pediu para que tivessem em conta na página oito, a penúltima palavra do segundo parágrafo, “*remunerá-las conforme se puder*” e não “*conforme se poder*”. Disse que era a sua intervenção sobre a questão do desemprego. “*Puder*” e não “*poder*”. Afirmou que deturpava bastante o sentido do texto e agradeceu. -----

A Dra. Isabel Mendes interveio começando por desejar boa noite a todos e salientando um pormenor na página nove, na linha dois, em vez de “*tudo*”, tinha-se acrescentado um “*r*” e pensava que na linha quatro se poderia ter escolhido uma expressão mais adequada ao texto que se seguia. Concluiu, então, na linha dois na página nove, “*para tudo*” e na linha quatro seria em relação à situação de desemprego tendo em conta o texto que se encontrava a seguir e agradeceu. -----

Colocada a votação da ata, foi aprovada por unanimidade. -----

PERIODO DA ORDEM DO DIA -----

1. Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

O Sr. Armando Alexandre interveio querendo que o Sr. Presidente da Câmara o esclarecesse sobre duas questões. A primeira seria na área administrativa e financeira que falava nas refeições e transportes escolares, a qual pretendia que o Sr. Presidente o informasse quais eram os valores que seriam subsidiados pelo Governo ou pelo Ministério de Educação em relação a estes. A segunda questão seria em

relação às obras de administração direta, referindo-se, concretamente, à nova rotunda que tinha surgido na estrada da Frazoeira junto à Zêzerovo, salientando que ficasse ressalvado que nada tinha contra os melhoramentos de acesso à empresa, porque esta merecia. Mencionou que esta obra não fazia parte do plano de atividades nem do orçamento para 2013 e gostaria de saber como teria na rubrica em detrimento de obras aprovadas em orçamento. -----

O Presidente da Câmara Municipal, em resposta ao interveniente, informou que o Município paga 2,25€ por cada refeição e que são comparticipadas pelo Estado apenas e só os alunos que possuem escalão A e B. Referiu que não tinha presente os valores exatos mas pensava que rondaria os 40 cêntimos por refeição, que teria saído recentemente em Diário da República até mesmo os valores para 2014. Informou que, se o Sr. Armando Alexandre quisesse, depois lhe remeteria essa mesma informação. Referiu que os transportes ainda seriam um assunto mais complicado porque os fundos, transferidos pelo Estado para o Concelho, vinham em várias rubricas. Destacou a rubrica FSM e, portanto seria nesta que os valores dos transportes se encontrariam e que seriam em função do número de alunos inscritos. Por conseguinte, não conseguia dizer qual o seu valor unitário. Disse ainda que nos transportes, estariam incluídos os alunos do 1º ao 3º ciclo, isto é, até ao 9º ano e, também, alguns alunos do ensino secundário, quando em Ferreira do Zêzere não houvesse o curso que e fossem frequentar em Tomar. Em relação à rotunda da Zêzerovo, referiu que era uma rotunda que já se tinha falado e que, com certeza que o dinheiro que tinha sido gasto na mesma estaria no orçamento e, conseqüentemente, prevista no plano de atividades senão não a poderiam ter feito. -----

Estabeleceu-se uma pequena conversa entre o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Armando Alexandre. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra, dizendo que a rotunda foi feita porque podia ser feita, para não haver qualquer dúvida disso. Mas se achasse que haveria alguma ilegalidade, que lhe lançava o desafio para que escrevesse e a denunciasse. -----

O Sr. Armando voltou a intervir dizendo que não estava em desacordo em relação à necessidade da obra. Só estranhou e, que quando lhe disseram que a rotunda estava a ser feita, tinha ido de propósito ao local ver. Pois, em termos de plano e de orçamento, não encontrou nada que fizesse referência à obra. Estavam lá muitas mas em relação àquela não e, daí ter lançado logo a pergunta. -----

O Presidente da Câmara salientou, de novo, que todas as obras que fizeram, pequenas e grandes, se não se enganava, cerca de 60% destas não estão evidenciadas nas rubricas. -----

O Sr. Armando Alexandre, concluiu dizendo que não se iria adiantar mais. -----

O Dr. Eduardo Mendes interveio dizendo que tinha lido atentamente o relatório que o Sr. Presidente da Câmara tinha apresentado e que, este tinha uma coisa que para si era a primeira vez que acontecia e como tal, achou que não deveria ser deixado passar em branco, que era a nota final. Referiu que o público não tinha acesso ao documento e que passaria a ler essa nota para que percebessem o que ia dizer seguidamente. Passou, então, a citar: “ *Prevalecendo desta oportunidade quero apresentar ao Sr. Presidente de mesa da Assembleia Municipal e a todos os demais membros deste órgão deliberativo, as minhas sinceras saudações, sublinhando a construtiva cooperação institucional do mandato autárquico que agora chega ao termo. Foi para mim uma honra partilhar com todos os membros da Assembleia Municipal, o exercício democrático do poder local ao serviço da comunidade de Ferreira do Zêzere*”. Mencionou, então que a bancada do Partido Social Democrata

registou tal fato, e para si, em termos pessoais, era novidade, nunca tinha encontrado aquilo num documento daquela natureza e agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal a elegância que teve. -----

2. Apreciação e votação da participação variável no IRS, nos termos da alínea g) do n.º 2 do art.º 53 da lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugada com o artigo 20º da lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (LFL). -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que devido ao facto de os órgãos autárquicos se encontrarem em período de gestão **este ponto da ordem de trabalhos, bem como pontos três e quatro, não seriam objeto de discussão na presente sessão**, transitando, por isso, para a próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração ao contrato de cessão do direito de uso da "Casa do Adro", nos termos da alínea q) do n.º 2 do art.º 53 da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

O Presidente da Assembleia Municipal disse que, relativamente a este ponto, iria ler uma moção, que os deputados do Partido Social Democrata tinham apresentado, a qual se transcreve: *“A bancada do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere propõe que a Câmara Municipal tenha em conta o processo “Casa do Adro” as recomendações do documento anexo de autoria do Senhor Paulo Alcobia Neves. 11 de Outubro de 2013”*. -----

O Presidente da Assembleia retomou novamente a palavra, após se ter estabelecido uma pequena conversa entre os membros da Assembleia Municipal, sobre a presente proposta dizendo que ia considerar, então, que a moção seria das duas bancadas,

colocando seguidamente a mesma a votação. A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

O Sr. Bruno Gomes interveio saudando todos os que se encontravam naquela Assembleia Municipal, principalmente, o público e salientou que gostava que tivessem lá todos dali por diante. Afirmou, primeiro que tudo que, o Partido Socialista estaria sempre para encontrar soluções, nunca para encontrar culpados e era nesse sentido que iria fazer a sua intervenção. Assumindo um “*mea culpa*” porque queria clarificar uma situação, a qual seria de muita gente o ter colocado, no bom sentido, de não ter dado se calhar visibilidade e não ter publicitado aquele assunto há mais tempo mas que, por vezes, o fato de estar na oposição com uma minoria, levava a que não se olhasse, sempre, para os assuntos com a devida atenção e, talvez tivesse sido o que se tinha passado. Mencionou que todas as Assembleias Municipais que esteve e que tinha trazido o assunto em voga, a ideia com que tinha ficado e com que os seus vereadores e restantes membros da sua bancada era que o que estava em causa era só a cedência do espaço e nunca o projeto. Afirmou que estava e julgava que todos aqueles que ali estavam seriam a favor de um hotel mas não do projeto, voltando a assumir a sua “*mea culpa*” e, perante todos que, futuramente iria ter outra atenção para com estes casos, mesmo que não pudesse fazer nada por estar em minoria, ainda. Admitiu que já tinham sido colocadas algumas questões que gostava que o Sr. Presidente de Câmara tivesse respondido mas, que acima de tudo queria perceber se haveria sensibilidade ou não por parte da Câmara Municipal para alterar o projeto, se haveria ou não sensibilidade para que o promotor pudesse alterar o projeto. A obra estava parada, e daquilo que tinha ouvido dizer foi por não haver licenciamento para a sua construção, e, acima de tudo,

achava que tinha de ser feito alguma coisa e que, não era com aquela moção que, tinham aprovado há pouco, porque moções há muitas. -----

Estabeleceu-se uma pequena conversa entre o Presidente da Assembleia Municipal e o Sr. Bruno Gomes. -----

O Sr. Bruno Gomes retomou a palavra dizendo que só não tinha ficado com a percepção de que iria tudo ser feito para que o projeto pudesse ter um fim diferente. E era isso que pedia à Câmara Municipal, haveria ou não sensibilidade para se fazer alguma coisa pois achava que isso teria de ser dito de forma clara. Mencionou que haveria um conjunto de coisas que se poderiam fazer, desde uma reunião da Assembleia Municipal ou do grupo de trabalho com a empresa. Tinha-se era de perceber uma coisa, se haveria ou não sensibilidade, se haveria vontade de ir ao agrado da maioria das pessoas do Concelho, e que sempre tinha essa visão, na sua opinião, quem manda no Concelho seriam as pessoas acima de tudo e que a maioria seja levada em conta em tudo o que se faz na Assembleia. Terminou, dizendo que gostaria que isto ficasse clarificado perante todos. -----

O Dr. José Manuel Duarte no uso da palavra saudou todos os presentes, público e, muito especialmente o Sr. Rodrigo Sousa Pinto, dizendo que tinha dado uma bela lição de sensibilidade e de bom senso a todos. Que não havia dúvida que a sensibilidade era muito importante e, que o Sr. Rodrigo Sousa Pinto o tinha feito a partir do retrato da sua própria vida, da sua família e era aquilo que todos coletivamente estariam dispostos a respeitar, obviamente. Referiu que queria, também distinguir em especial, o Paulo Neves, e desculpou-se por o tratar dessa forma mas que, ele era uma pessoa da casa, uma pessoa do Concelho e deixou a todos uma magnífica lição sobre o que era aquela casa, o que era o projeto, o que era tudo aquilo. Disse que já tinha ouvido tantos disparates e que, também, já tinha dito

tantos disparates sobre aquela casa, pois todos saberiam dizer coisas, todos saberiam *de cor e salteado* o que seriam azulejos do século XVIII, o que seriam cornijas e o que seria tudo isso. E citou: *”Mas, concretamente, ninguém sabe dizer muito bem, então e agora? O que se faz?”* Respondendo então a essa questão, foi o que o Paulo Neves tinha vindo exatamente fazer, com um documento, com a sua simplicidade habitual, mostrar o que se faz. E disse que pensava que, ninguém de bom senso poderia discutir aquele documento, poderia ser melhorado ou poderia ser complementado ou provavelmente até o Paulo Neves, posteriormente, seria capaz de acrescentar mais qualquer coisa. Atrevia-se mesmo a dizer que, em boa hora aquele documento foi transformado numa moção e a chamar o documento de uma bússola, uma carta de intenção, diga-se a carta que vai obrigar a Câmara e o promotor do projeto a responsabilizarem-se perante o Concelho, perante as pessoas do Concelho e perante, obviamente, à Assembleia Municipal. Salientou que era necessário encarar o assunto com uma certa humildade, direcionando o discurso para o Sr. Bruno Gomes, achando que ele andava um bocado baralhado, provavelmente, por causa do final das eleições e do Facebook. Que todos teriam de falar como homens de cara-a-cara e que seria naquele local, com esclarecimentos, como já tinha havido lugar anteriormente, que se discutia para que não se ouvisse coisas como viu, por exemplo, o próprio Bruno Gomes dizer: *“Ah, pois e tal, o PSD não tem muita sensibilidade para estas coisas”*, como quem possa dizer: *“são todos uns burros, uns atrasados mentais, que para eles é só construção civil e cimento para a frente, não é? Nós é que somos os homens da cultura, que temos sensibilidade para estas coisas”*. Afirmou que, mesmo do lado do Partido Social Democrata, as pessoas com maior simplicidade, não seriam arquitetos, não teriam o saber que tinha, por exemplo, o Paulo Neves, seriam pessoas sensíveis a estas coisas, seriam sensíveis à

sua terra, mesmo com simplicidade de, não saber falar com palavras mais ou menos bonitas, mas saberiam e quereriam defender a sua terra. Destacou que seria bom que todos tivessem esse entendimento, tal como, com certeza que o Partido Socialista desejaria a mesma coisa. Portanto, todos ter-se-iam que se habituar a ter aquela simplicidade da maneira como se encaravam uns aos outros. Finalizou agradecendo novamente o Paulo Neves e que, enquanto deputado municipal, tudo aquilo que este escreveu e tudo o que este fez, considerou o seu relatório como bússola na exigência que iria colocar à Câmara Municipal e ao promotor do projeto, para garantir o estrito e o absoluto cumprimento de tudo aquilo que está consignado. -----

Estabeleceu-se uma pequena conversa entre o Sr. Bruno Gomes e o Dr. José Manuel Duarte. -----

O Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra direccionou a sua intervenção ao Sr. Bruno Gomes, dizendo que este seria um rapaz muito sensível mas um bocado despistado como ele tinha acabado de assumir aquando da sua intervenção pois, com certeza, que não tinha lido o artigo 15º e, que o facto deste se encontrar em minoria não o impedia de ler os documentos. Referenciou que o projeto não era da responsabilidade da Câmara mas sim do promotor. Referiu que a sensibilidade e a pressão que, a Câmara iria colocar no empreiteiro, esbarravam, também, no momento em que se tem. Clarificou que o promotor já manifestou interesse em chegar a consenso porque não tinha interesse nenhum em mandar comprar guerras, nem ninguém presente. E, o que se pretendia era que se resolvesse de forma pacífica e mais clara possível, salvaguardando o património. -----

O Dr. Eduardo Mendes interveio referindo que se estava perante um problema que se convinha levá-lo às raízes. Exemplificou dizendo que tinha amigos do Benfica, alguns do Sporting e que até tinha alguns do Porto. E, nunca se tinha atrevido dizer a

qualquer um deles de que eles não tinham razão ou que seriam menos inteligentes ou que teriam menos sensibilidade por serem adeptos de clubes pelos quais não tinha consideração nenhuma. Que se tinha de entender que as questões dos sentimentos e da sensibilidade, cada um tinha a sua, e toda ela merece o seu maior respeito. Mencionou que se estaria a misturar questões de sensibilidade com questões factuais e que sobre as mesmas e as questões técnicas da obra, não se pronunciaria pois não era entendido na matéria. Disse que, profissionalmente, tinha sido economista e que tinha estado em várias áreas, numa das quais tinha possuído graves responsabilidades na recuperação de um edifício de Lisboa do século XVIII, o Mosteiro de Santo Onofre. Que tinha assistido e participado em reuniões extremamente acesas, muito mais que a que estava em consideração naquele momento. E, portanto, manifestava o seu maior respeito pelas pessoas que se dedicavam à reconstrução de edifícios. Admitiu que não tinha opinião nenhuma sobre a ampliação que se estaria a fazer, se ficaria bem, se ficaria mal. E, não era por não querer saber pois gostaria de o saber mas não sabia, francamente, como não sabia muitas áreas do saber. Logo, queria acreditar que os técnicos conceituados naquelas áreas seriam competentes nas mesmas. Pediu para que não se discutisse, porque achava que era uma perda de tempo pela incapacidade técnica que, suponha que a maioria que se encontravam presentes não a tinha, e apelou para confiar nas pessoas capazes e que teriam *a faca e o queijo na mão*, que naquele caso, seria o executivo municipal e do outro lado, o promotor e queria acreditar que, este último apenas o fez por uma razão, que seria a de ganhar dinheiro. Referiu que todos os promotores que venham a fazer algo, seria no intuito de ganhar dinheiro. E, portanto, poderiam fazê-lo, pegando nalgum charme, dando-lhe bom-tom e convencer as pessoas de que valeria a pena vir para ali do que ir para outro sítio qualquer e,

consequentemente, colocar a tal diferenciação que se tinha falado anteriormente. Referenciou, também, os chamados “engenheiros” e “arquitetos” que andam a falar nas redes sociais, como quem percebe muito do assunto e destacou principalmente, uma senhora que tinha dito que faria a alteração do projeto de forma gratuita. E, se questionou se alguém poderia alterar um projeto de um arquiteto sem o próprio ter conhecimento, enaltecendo os direitos de autor, que era uma coisa básica. E que, ninguém teve a decência, de dizer para aqueles ficarem calados, até para não mostrarem tal ignorância. Finalizou pedindo desculpas pela sua exaltação mas que não poderia ter deixado passar aquele assunto em branco. -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou a moção a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. E, passou-se à votação do ponto em questão, ponto 5, tendo sido aprovado por maioria com o seguinte resultado: catorze votos a favor, dos eleitos locais do Partido Social Democrata e seis abstenções, dos eleitos locais do Partido Socialista. -----

6. Assunção de compromissos plurianuais (para conhecimento), efetuados ao abrigo da deliberação da Assembleia Municipal de 21/12/2012, em cumprimento do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro. -----

Foi presente para conhecimento, a listagem dos compromissos plurianuais efetuados pela deliberação da Assembleia Municipal de 21/12/2012 em cumprimento do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, e ninguém interveio. -----

7. Outros assuntos de interesse para a Autarquia, nos termos nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

O Engenheiro Fernando Ideias interveio dizendo que queria um esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara, relativamente à Comave, pois na sua casa entravam maus

cheiros pelas casas de banho. Que tinha tido conhecimento que tinham ligado o saneamento industrial da empresa aos esgotos domésticos. Assim, pretendia saber se aquilo era para continuar ou o que é que Sr. Presidente iria fazer porque não podia continuar a viver naquela casa com os maus cheiros ou se tinha de ir para outras instâncias. Afirmou que sabia que tinha sido a Câmara que tinha autorizado a ligação do poço da Comave, onde estão os resíduos e, também para que toda a gente soubesse, a empresa tinha perdido 100 empregos e traziam a porcaria, que seria esse o nome, da Figueira da Foz para queimarem em Ferreira do Zêzere. E, que aquilo era muito grave, que toda a gente falava em ambiente, e o próprio também, e o problema não estava resolvido. Afirmou que já há anos que se falava no assunto e nada era feito. Destacou, ainda, que cada vez se tem menos gente em Ferreira do Zêzere pois desde 2009 para 2013, havia menos 347 eleitores. -----

O Sr. Bruno Gomes no uso da palavra mencionou que gostaria de saber duas coisas. Uma delas era acerca do aluguer do Lagar de S. Guilherme, e pedia só que o esclarecessem se se podia alugar ou não. E, a outra seria a questão das lombas do Carril pois já tinha tido pessoas a dizerem-lhe que a velocidade lá era alta e lhe perguntavam se ele podia, em Assembleia Municipal, sensibilizar o executivo da Câmara Municipal para colocar mais lombas antes e depois daquelas que já se encontram na localidade. Mas que era uma questão que cabia ao Sr. Presidente decidir. -----

A Dra. Maria da Piedade Graça interveio lembrando alguns reparos que teria feito durante o último mandato e que se prendiam, concretamente, com as reparações da estrada da Ponte do Tabuado. Pois, esperava que, realmente, tivesse sido incluído aquando da nova autoestrada mas, de facto, não tinha sido. Disse que tinha tido o cuidado de passar por lá para poder falar sobre o assunto e, também, queria

expressar por último, um desejo de que em vez da população de Ferreira do Zêzere ter baixado como baixou nos últimos censos, que realmente aquela situação se comesse a inverter. E, portanto, desafiava a imaginação a todos para que se tornasse uma realidade. -----

O Presidente da Câmara Municipal, em resposta ao Engenheiro Fernando Ideias, disse que o problema da Comave era um problema que ciclicamente aparecia com alguma intensidade. E, que também já tinha sido alertado há algum tempo atrás que, por vezes o cheiro era nauseabundo e, que já tinha tido o cuidado de ligar ao senhor a chamar-lhe a atenção e, efetivamente, passado pouco tempo, tinham-lhe dito que as coisas tinham melhorado. Referiu que se era algo que não se queria ter, era uma fábrica a processar porcaria mas sim uma fábrica que criasse postos de trabalho, mas que o mercado era assim. Mencionou que a empresa estaria licenciada por quem de direito, pelo Ministério do Ambiente e não pela Câmara. Admitiu que era a primeira vez lhe chegava aquele assunto acerca da entrada de maus cheiros pelo esgoto. De facto, a empresa estava autorizada a lançar o esgoto no sistema de saneamento mas que tinha de ser um esgoto equivalente ao doméstico, não poderiam ser coisas que prejudicassem as pessoas. E, pediu para que lhe mandasse um “*e-mail*” a descrever os factos concretos para que, conseqüentemente, mandasse averiguar essa situação.

Para o Bruno Gomes, disse que o Lagar de S. Guilherme tinha vindo a ser cedido, caso a caso, e sempre que estava disponível era cedido gratuitamente porque não tinha regulamento. Reforçou dizendo que, sempre que alguém pediu, a Câmara cedeu o espaço, apenas o que se tinha vindo a exigir às pessoas é que o deixassem da mesma forma como o encontravam. Disse que tem sido bastante utilizado e, sinceramente, mais por pessoas de fora do que por pessoas do Concelho mas que havia várias instituições como a Catequese, a Igreja, associação de finalistas e, que

até batizados e um casamento já tinham ocupado o espaço. Portanto, desde que estivesse disponível, tal como os restantes equipamentos que o Concelho tem, poderiam ser cedidos e praticamente de uso gratuito porque, na sua opinião, considerava ser preferível as coisas serem usadas gratuitamente do que serem pagas e estarem fechadas por ninguém as usar. Relativamente às lombas do Carril, disse que tinha um pedido de lombas com ele, já há cerca de ano e meio, a seguir ao café “Odenil”, do Sr. Valdemar Garcia e que até à data tinha sido a única pessoa do Carril. Informou que para colocar lombas lá, teriam que ser daquelas como as que estão dentro do lugar do Carril, que não poderiam ser lombas de borracha. Mas sim em calçada pois as primeiras transmitem muitas vibrações e, ao fim de dois dias, estaria o senhor a pedir para as retirar, como já tinha acontecido. A mesma pessoa que, tinha sido primeira titular de um abaixo-assinado a pedir lombas, foi a primeira a vir à Câmara pedir para as retirar. Admitiu que faziam mesmo muito barulho, estremecia muito e partia as casas todas. E, portanto teriam que ser daquelas lombas de calçada e uma lomba assim custaria, se não lhe falhava a memória, 7.500,00€. Assim, estariam à espera de melhores dias para que se pudessem fazer. À Sra. Piedade, admitiu que era uma estrada que estava elencada como muitas estavam, para fazer no seu mandato e, que nunca tinha escondido isso, mas que todos sabiam os cortes que houve no último mandato. Poderia dizer que, quando foram eleitos em 2009 e agora que estariam prestes a acabar o mandato, a sua perspectiva de fundos seria de 4 milhões e meio de euros a menos, e entre verbas que tinham sido cortadas, despesas que tiveram que se fazer e que não estavam previstas, seriam de 4 milhões e meio de euros. Portanto, 4 milhões e meio teriam dado para colocar as estradas todas do Concelho como novas. Estava na lista, como muitas outras que todos os Presidentes de Junta teriam, tirando um ou outro, que não teriam mais nenhuma para

alcatroar mas que, todos teriam estradas em espera e que gostaria muito de fazê-las todas. Referiu que a estrada da Ponte do Tabuado era uma das piores, sem dúvida e que, não tinha ido no pacote que se tinha feito recentemente, porque se optou por fazer aquelas que teriam mais pessoas a passar todos os dias, até porque o dinheiro que se gastou ao fazê-las, não chegaria para a da Ponte do Tabuado. E, também para cumprir uma promessa que, teria feito aos senhores Presidentes de Junta, num jantar que se realizou no início do mandato, em que pelo menos uma estrada em todas as freguesias iria ser feita, a qual conseguiu cumprir. Quanto ao ter-se mais habitantes, a Sra. falou e o Sr. Fernando Ideias também, e referiu que era pena que os dois não estivessem a viver no Concelho, pois sabia que a vida não o permitia mas se tivessem, com certeza, seriam mais dois. Disse que esperava que as condições, no futuro, lhes permitisse vir para Ferreira do Zêzere e, que provavelmente, era esse o desejo dos intervenientes pois já o teriam manifestado. Mencionou que o Presidente da Câmara não fazia todos os possíveis para se ter mais pessoas porque já tinha um filho e chegava-lhe mas, que incentivava muito e criava todas as condições para que houvesse mais população. Garantiu que, só não baixaram em mais de 300 eleitores, porque algumas políticas que, foram introduzidas no mandato, deram frutos. Felizmente tinha-se vindo a conseguir atrair casais jovens para o Concelho devido à oferta dos livros, das refeições, dos transportes, entre outros incentivos. Referiu que houve muitos casais a virem para o Concelho, fruto daquilo que se oferecia aos mesmos e, também, fruto daquilo que o país estaria a atravessar. Destacou que o Concelho que mais tem crescido, em termos de população, era Cascais e o que, se podia concluir era que, as pessoas estavam a fugir das cidades porque não tinham emprego, tinham de pagar creches, ou seja, tinham de pagar tudo. Vindo para Ferreira do Zêzere, o subsídio de desemprego era o mesmo, não pagavam casa pois

ficavam em casa dos pais ou avós e, se tivessem dois filhos, seriam pelo menos 900 € que poupavam porque não pagariam creche, não pagariam refeições, não pagariam nada. E, felizmente, isso tem conseguido atrair alguma população para o Concelho e fazer com que a população não baixasse tanto. -----

O eleito local, Bruno Gomes apresentou uma moção relativa ao encerramento da repartição das finanças de Ferreira do Zêzere, citando-a: *“O Ministério das Finanças expressou recentemente a intenção de extinguir de forma substancial o número de repartições ao serviço da população em todo o território nacional. Listas oficiosas que circulam nos meios de comunicação social apontam para o fecho de nove repartições de Finanças em todo o distrito, entre elas a de Ferreira do Zêzere para além das de Alpiarça, Chamusca, Constância, Coruche, Golegã, Mação, Rio Maior e Sardoal. Neste contexto, o Partido Socialista, deixa claro que: A. É terminantemente contra o encerramento da repartição de Finanças de Ferreira do Zêzere. É absurdo o desapoiso sistemático dos serviços locais em nome da reposição da capacidade financeira do País, que seguramente não será alcançada por esta via, que resulta apenas num fosso cada vez maior no que concerne à desigualdade de recursos públicos entre Concelhos; B. Não aceita as justificações invocadas de ordem económica e territorial, tendo em conta a forte afluência dos Municípios a esse serviço e à dificuldade de deslocação da população envelhecida a outras repartições de Concelhos vizinhos; C. Que se solidariza com os funcionários instabilizados por medidas desta natureza; D. Reafirma o seu empenho na defesa do serviço público sob o domínio democrático, e sobretudo, o empenho na defesa da população que representa. Face ao exposto, os deputados Municipais eleitos pelo PS solicitam à Assembleia Municipal que: 1. Se clarifique se houve até à data algum contacto formal com a autarquia no sentido de fechar a repartição de*

Finanças de Ferreira do Zêzere; 2. Qualquer deliberação tomada por uma Família Política Nacional, não seja sobreposta aos maiores interesses do nosso Município, que deverão incessante e ininterruptamente ser defendidos pelos órgãos Camarários eleitos. Solicita-se, para os devidos efeitos, que se assuma uma posição firme desde já em relação a esta ameaça ao serviço público, e à autonomia do Concelho”. -----

O Dr. Eduardo Mendes no uso da palavra disse que tinha tentado perceber o que era a questão do encerramento das repartições de finanças. Que vários critérios tinham andado pelo Ministério, em tempos, sublinhando que não sabia os que estariam presentemente e, que tinham a ver com a dimensão, com o número de utentes, com a localização. E que tinha ouvido falar numa coisa que não teria sido desmentida e, portanto, admitia que seria verdade, que eram os mapas de pessoal de cada repartição, ou seja, teria sido indiciado que as repartições que não possuíssem, atualmente, meios suficientes, deixariam de ser repartições. Por outro lado, não sabia exatamente qual era a posição do Ministério mas, que sabia o que se tinha ventilado pelos corredores. E, então que haveria duas hipóteses que, na sua opinião seria: ou deixava de haver repartição ou deixava de haver serviço de finanças, pois eram duas coisas totalmente distintas. Poderia acontecer que a chefia, o lugar decisivo de uma determinada zona fosse concentrado para eliminar chefias, para eliminar despesas, entre outros. Admitiu mesmo que poderia acontecer o fecho de tudo. Disse que, não tinha qualquer dúvida do que é que iria acontecer numa repartição de finanças a curto prazo. Se as pessoas pagam o IRS pela internet, se pagam os impostos pela internet. Então, o que se iria fazer a uma repartição de finanças? Cumprimentar os funcionários? Referiu que o Estado tinha anunciado, naquela semana, que iria disponibilizar 1000 a 1200 lojas do cidadão nos CTT, o que lhe parecia que, talvez,

se iria arranjar alguma utilidade para as juntas de freguesia visto que, já possuíam muitos postos dos CTT lá dentro. Mencionou que o presidente de junta é um órgão administrativo para representar as pessoas, para fazer um conjunto de coisas inerentes à mesma. Portanto, estar-se-ia a arranjar uma outra atribuição à junta, a de auxiliar as pessoas que estariam na localidade, que não fossem entendidas na internet. Mas, alertou que aquilo seriam promessas governamentais e políticas e, que depois o que seria na realidade no terreno, infelizmente, poderia não ser bem daquela forma pois já tínhamos essa triste experiência. Assim, não estaria disponível para votar uma moção com perguntas pois uma moção era uma declaração. -----

O Sr. Armando Alexandre interveio dizendo que ainda tinha ouvido mais que o Dr. Eduardo Mendes, pois ouviu dizer que, paralelamente às estações de correio, iriam também permitir a abertura de lojas de cidadão nas juntas de freguesia. -----

O Presidente da Câmara Municipal interveio referindo que tinha tido uma reunião com o Secretário de Estado e que aquele problema tinha sido abordado. Alertou que, as lojas do cidadão, de que falavam, eram umas máquinas, como as do tabaco, onde se poderia solicitar um registo criminal ou outra certidão qualquer, que seria tipo “*self-service*” e, claro, que teriam um custo. Portanto, ter-se-iam de ter os pés bem assentes, elas iriam resolver muitos problemas mas, que não eram iguais àquelas que apareciam na televisão, pois essas custavam um milhão de euros, cada uma. Portanto, as que estavam em questão, resolviam mas não satisfaziam como se costumava dizer. Disse, também, que o Partido Social Democrata, se deveria associar à moção, ficando associada aos dois partidos, ao Partido Socialista e ao Partido Social Democrata, para que tivesse mais força. -----

O Presidente da Assembleia Municipal considerou a moção, como sendo de ambas as bancadas, propondo-a a votação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

